

MOTIVAÇÃO

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

OBJECTIVOS GERAIS

ETAPAS

ENTIDADES ENVOLVIDAS

MOTIVAÇÃO:

A temática da **segurança** e da **conservação** do património móvel, **nas igrejas**, conventos e outros edifícios depositários de arte sacra adquiriu nos últimos tempos, e pelos motivos menos desejáveis, uma **actualidade premente**.

Com efeito, o **furto de objectos de arte sacra** apresenta tendência para um crescimento acentuado, seguindo de resto tendências análogas internacionais, sendo conveniente lembrar que se estima ser a Igreja Católica detentora de cerca de 70% do património histórico e artístico português.

De igual modo, temos vindo a assistir à crescente deterioração de grande parte desse mesmo património que, sem as medidas de conservação adequadas, também assim se perde, em muitos casos de modo irreversível.

Como prioridade impõe-se, portanto, tomar medidas concretas que possam ter consequências de ordem prática de estancamento e inversão destas tendências a curto, médio e longo prazo.

Por outro lado, a implementação das medidas que este projecto preconiza, sobretudo a nível da segurança, possibilitará abrir igrejas até então quase sempre encerradas, **igrejas essas que poderão passar a ser** visitadas em horários específicos, **com todas as consequências daí decorrentes, não só a nível cultural, mas também cultural e, até, a nível sócio económico. Este dado torna-se tanto mais importante porquanto, em muitas localidades, as igrejas, capelas ou mosteiros constituem o património histórico e cultural de maior envergadura que, encerrado, não só impossibilita o culto, como implica desperdiçar completamente o seu potencial para o desenvolvimento socio-cultural, turístico e económico das comunidades.**

Só faz sentido que neste **difícil combate** estejam **envolvidos vários sectores da sociedade** portuguesa, sob pena de não se **otimizarem esforços** e os habituais parcos recursos disponíveis, e de se correr o **risco de subestimar a realidade dos factos**, tendo no futuro de empregar esforços e meios muito mais substanciais para proteger um património entretanto substancialmente diminuído.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

APRESENTAÇÃO E PARCERIAS

O ISPJCC / MAHPJ, **ponto de encontro das perspectivas cultural e policial, optou por dar o seu contributo mediante** a iniciativa do Projecto “IGREJA SEGURA” e **a procura de parcerias que possibilitassem a sua implementação.**

Nesta sequência, os primeiros parceiros do ISPJCC / MAHPJ, **para este Projecto, foram a** Comissão para os Bens Culturais da Igreja e o Instituto Português de Conservação e Restauro, **que assim formam os três lados da problemática triangulação que nos motiva:**

Património da Igreja / Prevenção Criminal / Conservação Preventiva.

Ainda na vertente da conservação, e no que diz respeito ao património imóvel, foi solicitada a parceria da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, **que a aceitou prontamente.**

Para garantir uma boa cobertura a nível nacional, a possibilidade de acesso a recursos locais caso a caso e um bom aproveitamento socio-cultural do Projecto, a Associação Nacional de Municípios Portugueses **acedeu também ao convite de parceria, mediante parecer favorável e consulta prévia de algumas dezenas dos seus municípios.**

A Universidade Católica de Lisboa, **que desde o início apoiou o Projecto “Igreja Segura”, consubstancia a sua parceria para a 2ª fase do Projecto, mediante a coordenação da realização de inventários uniformizados do ponto de vista científico e informático, a partir dos pré-inventários já elaborados pelas igrejas inscritas, nos casos que apresentem garantias de financiamento.**

A Ordem dos Engenheiros **acedeu prontamente à solicitação de parceria, mediante a disponibilização de uma pequena equipa de engenheiros especialistas em segurança que elaborarão projectos de instalação e manutenção de sistemas globais de segurança nas igrejas inscritas no Projecto, a partir dos dados obtidos pelo Questionário para Avaliação de Riscos de Segurança e do Pré-inventário.**

O Instituto Politécnico de Portalegre **aceitou também o convite de parceria, disponibilizando-se para a elaboração do tratamento de imagem para divulgação do Projecto (página web e suporte de papel).**

O Projecto IGREJA SEGURA consiste, assim, numa junção e optimização de esforços e competências que se materializam numa série de acções de intervenção e prevenção, nas suas diversas vertentes, com vista à implementação de medidas concretas de segurança e conservação nos locais que albergam o património histórico e artístico da Igreja.

O Projecto consubstancia-se nos produtos e acções aqui sumariamente enunciados:

I - Componente Segurança

- exposição itinerante interactiva e multimédia de sensibilização “SOS Igreja”;
- vídeo instrutivo e pedagógico;
- questionário para avaliação de riscos de segurança;
- manual de segurança (inclui instruções para elaboração de pré-inventário);
- criação de suportes para divulgação do Projecto, em colaboração com o Instituto Politécnico de Portalegre: página web, cartazes, folhetos informativos, etc.
- criação de equipas de apoio coordenadas pelo ISPJCC integrando elementos do/a ISPJCC / PJ, técnicos
- camarários, paroquianos voluntários e engenheiros especialistas em segurança, para acompanhamento dos párcos /responsáveis das “igrejas piloto”:
- no preenchimento do questionário para avaliação de riscos de segurança na elaboração do pré-inventário;
- no diagnóstico, planeamento e acompanhamento de instalação e manutenção de conjunto de sistemas / serviços / equipamentos de segurança, a partir dos resultados do questionário e do pré-inventário;
- parecer final sobre propostas apresentadas por firmas de segurança para implementação dos projectos elaborados pelos engenheiros da equipa do Projecto;
- encorajamento do reforço das ligações das “igrejas piloto” aos Bombeiros, PSP e GNR;
- encorajamento da divulgação de códigos deontológicos de antiquários e leiloeiras.

II - Componente Conservação e Restauro

a) a cargo do IPCR:

- exposição do seu laboratório móvel;
- manual de conservação;
- disponibilização do seu laboratório móvel e respectiva equipa técnica para visitar as igrejas inscritas no Projecto e analisar o estado de conservação do seu património histórico e artístico, elaborando um diagnóstico e indicando os

tratamentos de conservação a implementar necessariamente a curto, médio e longo prazo;

-emissão de pareceres sobre os programas de intervenção apresentados pelas empresas / oficinas candidatas ao tratamento das peças que o mesmo IPCR considerou necessitarem de intervenção (não se podendo proceder ao tratamento das peças, no âmbito deste Projecto, sem este mesmo parecer);

b) a cargo da DGEMN:

-elaboração de relatórios/ficha de diagnóstico relativos ao estado de conservação dos imóveis em questão, assim como dos respectivos cadernos de encargos;

-coordenação das intervenções julgadas necessárias.

III - Componente Comum (ISPJCC, IPCR, DGEMN)

-selecção de “casos piloto”, a nível nacional, numa 1ª fase, que funcionarão como modelo e encorajamento de adesão de outras igrejas, em fases seguintes;

-ciclo de conferências;

-solicitação de apoio por parte dos municípios para:

financiamento e/ou apoio técnico para implementação de medidas de segurança e conservação preconizadas pelo ISPJCC e pelo IPCR nas fases anteriores;

mobilização da comunidade para participação no “Igreja Segura” mediante encorajamento para:
financiamentos por parte de agentes económicos locais;
actividades pedagógicas e de turismo cultural por parte dos agentes culturais locais;
trabalho de voluntariado por parte dos municípios, sob supervisão da entidade coordenadora do Projecto.

OBJECTIVOS GERAIS da Componente Segurança:

Sensibilizar **fortemente para o** problema da crescente delapidação do património cultural da Igreja, **a diversos níveis, e para a necessidade imperiosa da tomada de medidas básicas, sob orientação do Projecto, no sentido de “estancar” e inverter esta situação, não adiando sistematicamente a sua implementação.**

Chamar a atenção, num 1º momento, para os pontos mais vulneráveis e mais necessitados de protecção **nestes espaços - e para os modus operandi criminais mais frequentes neste tipo de criminalidade.**

Num 2º momento, fornecer informação para demonstrar a possibilidade de soluções práticas de segurança e conservação preventiva de auto-implementação parcial, **através de dados e exemplos concretos, enfatizando a necessidade absoluta de uma** abordagem global **ao problema - desde a componente organizacional (neces-**

sidade imperiosa de elaboração de pré-inventários) à componente de sistemas, serviços e equipamentos mecânicos e electrónicos.

Num terceiro momento, **fornecer as ferramentas necessárias** que possibilitem a consolidação da informação recebida e a implementação efectiva de soluções apontadas, incluindo **acompanhamento no terreno** que garanta que as acções iniciadas sejam levadas a bom termo.

Concomitantemente, criar uma **envolvente social e institucional:**

-que facilite **angariação de apoios locais (municípios, agentes culturais e económicos);**

-dissuasora deste tipo de criminalidade (divulgação da problemática em questão, criação de dificuldades acrescidas para os potenciais receptores de objectos furtados, reforço do controlo social informal e policial).

Tendo obtido os resultados pretendidos através do conjunto de medidas preconizadas, **voltar a abrir as Igrejas: criar “Igrejas Seguras” poderá significar - poder abri-las mais tempo a quem delas precisa e a quem delas pretende desfrutar, sob todos os aspectos.**

De facto **as igrejas são**, para além de locais de culto e oração, lugares de recolhimento e peregrinação para religiosos e não religiosos, expoentes máximos do nosso património artístico, histórico e cultural, constituindo, enfim, **potenciais pontos de referência e de ancoragem para quase todos, sob muitos e diversificados aspectos.**

Mesmo de um ponto de vista puramente economicista, o facto de se poder usufruir de períodos mais alargados de abertura nas igrejas não poderá deixar de ser visto como um potencial catalizador do desenvolvimento turístico e económico das comunidades onde se inserem: não só porque os templos poderão ser mais visitados, mas também porque estes se poderão constituir como eixos dinamizadores socio-culturais, à volta dos quais muitas outras infra-estruturas e serviços poderão florescer, em benefício das populações.

ETAPAS de IMPLEMENTAÇÃO da 1ª FASE

As etapas que aqui sumariamente se enumeram não seguirão necessariamente a ordem apontada, até porque muitas delas terão carácter de simultaneidade:

1 **Exposição multimédia** para sensibilização dos Presbíteros, órgãos gestores da Igreja e público em geral, para a temática da **prevenção criminal** nas igrejas (ver Guião); 1ª fase: **exposição temporária** itinerante inaugurada em Maio em **Coimbra, Capital Nacional da Cultura 2003**, seguindo depois para **Portalegre** e outros municípios a confirmar; 2ª fase: a mesma **exposição, com carácter permanente**, na capela do **ISPJCC / MAHPJ**;

2 **Seleção de “casos piloto”; a nível nacional**, para implementação da 1ª fase do Projecto:
contactos com os respectivos **Párocos e Câmaras Municipais**;

3 Entrega de **Questionários para Avaliação de Riscos de Segurança, Vídeo Pedagógico e Manuais Básicos de Segurança e Conservação para Igrejas inscritas no Projecto**;
(incluem instruções para elaboração de pré-inventários);

4 Acompanhamento das acções no terreno por parte de equipa especializada (**membros do ISPJCC / PJ, técnicos camarários, voluntários seleccionados, engenheiros especialistas em segurança**) para **garantir procedimentos correctos na elaboração do Pré-inventário, do preenchimento do** questionário de avaliação de riscos de segurança

e, a partir destes dois pré-requisitos, do planeamento e instalação de sistemas globais de segurança.

5 Em **casos excepcionais**, proposta imediata de **remoção temporária ou permanente** de certas peças de grande valor, especialmente vulneráveis e não suficientemente protegidas, para **cofres ou museus diocesanos**;

6 Reforço de apoios por parte das comunidades em que se inserem:

Bombeiros e GNR ou PSP: eventual ligação dos sistemas de segurança às suas centrais; quando possível, reforço dos patrulhamentos em horários específicos delimitados;

municípios e agentes culturais e económicos locais: recursos que possibilitem implementação dos sistemas de segurança anteriormente referidos;

7 Ciclo de conferências com individualidades ligadas a esta temática, nas suas diversas vertentes.

2ª FASE:

A segunda fase seguirá o modelo preconizado para a 1ª fase, com a vantagem de beneficiar de um modelo já trabalhado e burilado através do trabalho concreto, no terreno.

Com efeito, a 1ª fase funcionará como um “laboratório” experimental, onde se porá à prova o modelo baseado no edifício teórico preconizado pelo Projecto. Assim, ao longo do trabalho com as “igrejas piloto” da 1ª fase, serão feitas todas as adaptações necessárias neste modelo, de modo a torná-lo tão adequado e eficaz quanto possível.

A segunda fase beneficiará também de um clima mais favorável de sensibilização para o problema, alcançado através dos resultados obtidos pela 1ª fase do Projecto, facilitando a adesão voluntária de igrejas para as fases seguintes, a nível nacional.

No que diz respeito ao inventário, nesta segunda fase a Universidade Católica de Lisboa, através do seu Centro de Estudos de História Religiosa, desempenhará um papel fundamental como parceira neste Projecto, já que possibilitará, nos casos em que se garantam recursos financeiros, a elaboração de inventários uniformizados do ponto de vista científico e informático, a partir dos pré-inventários já elaborados na 1ª fase.

Também poderá ser encorajada a junção de diversas igrejas interessadas em adquirir equipamentos e serviços similares, podendo ser alcançada uma optimização de recursos: obtenção de preços mais baixos, acesso a serviços conjuntos, subsídios, patrocínios, etc.

ENTIDADES ENVOLVIDAS

PARCEIROS DO PROJECTO “IGREJA SEGURA”:

INSTITUTO SUPERIOR DE POLÍCIA JUDICIÁRIA E CIÊNCIAS CRIMINAIS

Museu e Arquivos Históricos de Polícia Judiciária

(em colaboração com as Brigadas contra o Furto e Tráfico de Obras de Arte das

DIRECTORIAS DE LISBOA, PORTO, COIMBRA E FARO DA POLÍCIA JUDICIÁRIA

INSTITUTO PORTUGUÊS DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO

DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS

COMISSÃO EPISCOPAL DOS BENS CULTURAIS DA IGREJA

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES
ORDEM DOS ENGENHEIROS
UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS
ENTIDADES QUE APOIAM O PROJECTO:
INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO
POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
GUARDA NACIONAL REPUBLICANA
SERVIÇO NACIONAL DE BOMBEIROS E PROTECÇÃO CIVIL